

Micro onibus 31 lugares	kms rodados por mês	1600	Linha 5
--------------------------------	---------------------	------	---------

Custo aquisição máquina	100.000,00	
Valor residual 30%	30.000,00	
Base cálculo para depreciação	70.000,00	
Vida útil e valor depreciação mês	60,00	1.166,67
Custo de oportunidade ano/mês	14,75%	1.229,17

Item de custo	valor R\$	produtividade/km	custo/km
Diesel	5,5	5	1,10
lubrificação mensal	500,00	1600	0,31
IPVA/DPVAT anual	3.000,00	19200	0,16
Manutenção geral	400,00	1600	0,25
Pneus 4	5.200,00	70000	0,07
Seguro passageiros-mensal	150,00	1600	0,09
Salário motorista+encargos	7.212,53	1600	4,51
Depreciação	1.166,67	1600	0,73
Custo de oportunidade mês	1.229,17	1600	0,77
Custo direto por km		R\$	7,99

Custos indiretos		8%	0,64
Lucro		8%	0,64
Sub-total			9,27
Tributos incidentes sobre a nota		6,65%	0,62
Cofins 3%; Pis 0,65%; ISSQN 3%			
Total final do preço por km			9,89
Faturamento mensal por veículo		1600	15.819,59

CCT - SETCERGS			2024 estimado com 7% de reposição	
Detalhamento da Composição dos salários			motorista	monitor
Salário base			2.220,59	1686,9834
Insalubridade	20%		444,12	337,39668
Custo base funcionário			2.664,71	2.024,38
Vale transporte	20	8,00	160,00	160,00
Vale alimentação	20	6,00	120,00	120,00
Custo total remuneração			2.944,71	2.304,38
Provisão 13º salário			245,39	192,03
Provisão férias			81,80	64,01
Custo total mensal com provisões			3.271,90	2.560,42
			Custo base p	

4.1	Encargos Previdenciários e FGTS
A	INSS
B	SESI ou SESC
C	SENAI ou SENAC

D	INCRA		
E	Salário educação		
F	FGTS		
G	Seguro Acidente de Trabalho = SAT = (RAT x FAP)	RAT =	3%
H	SEBRAE		

Custo total salarial					
Índice de incidência ref. Utilização funcionário no contrato do município					

DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA LICITANTE DEVE FAZER:

A empresa é optante pelo seguinte regime de tributação e recolhe, atualmente, as seguintes alíquotas de tributos:

() a) Lucro presumido, recolhendo: Cofins (%); Pis (%); IRPJ (%); CSLL (%). Após contratar com a prefeitura (caso ocorrer alteração nas alíquotas, as mesmas serão as seguintes

() b) Lucro real, recolhendo: Cofins (%); Pis (%); IRPJ (%); CSLL (%). Após contratar com a prefeitura ocorrer alteração nas alíquotas, as mesmas serão as seguintes

() c) Simples nacional, recolhendo a alíquota atual de (%), estando enquadrado no anexo (); Com este c recolher alíquota (%) e passará para o anexo (), não se desenquadrará do simples nacional. (OU) Após assir descredenciará do simples e passará para a tributação do

Observação:

Cada empresa é responsável por incluir em sua planilha de custos, os enquadramentos tributários, trabalhistas e pr realidade tributária e funcional de seu quadro de funcionários. Desta forma, a planilha de custos disponibilizada pel um MODELO REFERENCIAL, e que impõe um limite máximo de valores para a proposta apresentada.

Destaca-se, que cada empresa possui a sua realidade tributária e funcional, o município não tem como prever todas enquadramento funcionais, que são baseadas em acordos sindicais e na legislação trabalhista como um todo.

Além disso, para cada cargo ou ambiente de trabalho funcional, alteram-se as condições e enquadramentos, como | EPI (depende do laudo de condições ambientais de trabalho para cada cargo e para cada local de trabalho); Situaçã previdenciária (se a empresa é optante pelo simples nacional, lucro presumido ou lucro real);

Por fim, as condições e regras de trabalho também são disciplinadas pelos acordos coletivos de trabalho, os quais, a

Portanto, baseado nestes aspectos, cabe a empresa identificar quais os enquadramentos trabalhistas e tributários c Ao final do pleito licitatório, ou mesmo, no decorrer da execução contratual, se o município verificar, por meio de re recebidas durante a execução contratual, que no momento da elaboração da proposta e da planilha de custos final, de custos (na planilha de custos final) diferente do que é exigido na convenção coletiva sindical ou em qualquer legi o valor de sua proposta financeira, o município poderá considerar tal fato, como uso de má fé por parte da empresa

Assim, com esta prova de má fé por parte do licitante, o município poderá desabilitar a empresa durante o process contrato em vigor, pelo bem do serviço público.

Como no Brasil existem muitos sindicatos, cabe a empresa apontar em qual dissídio e sindicato, seus colaboradores serão enquad mesmos.

ara encargos 5.272,32

	Percentual (%)	Valor (R\$)
	20,00%	1.054,46
	1,50%	79,08
	1,00%	52,72

	0,20%	10,54
	2,50%	131,81
	8,00%	421,79
1,0000	3,0000%	158,17
	0,60%	31,63
TOTAL	36,8000%	1.940,21

		7.212,53
	100%	7.212,53

refeitura manterá estas alíquotas;

ra manterá estas alíquotas; (caso

contrato a empresa passará a
natura do contrato a empresa se

evidenciários, de acordo com a
a prefeitura representa, apenas,

as possibilidades de

por exemplo: de insalubridade e
o de enquadramento tributária e

a empresa deve observar.

corretos para a situação licitada.
recursos à licitação ou denúncias
a empresa apresentou um item
disposição trabalhista, visando reduzir
a.

o licitatório, ou mesmo, rescindir o

rados, observando-se as regras dos